



MPV 571

00509

**Emenda a MP 571 de 2012****Tipo de Emenda:**

<b>Aditiva</b>		<b>Supressiva</b>		<b>Modificativa</b>	<b>x</b>
----------------	--	-------------------	--	---------------------	----------

**Dispositivo Emendado**

<b>Artigo</b>	<b>60</b>	<b>Parágrafos</b>		<b>Inciso</b>		<b>Alínea</b>	
---------------	-----------	-------------------	--	---------------	--	---------------	--

**Teor da Emenda**

Dê-se ao artigo 60 da Lei 12651 de 25 de maio de 2012, a seguinte redação:

Art. 60. A assinatura de Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, na forma do § 6º do artigo 5º da Lei Nº 7.347 de 24 de julho de 1985 para regularização de imóvel ou posse rural perante o órgão ambiental competente; mencionado no art. 59, suspenderá a punibilidade dos crimes previstos nos arts. 38, 39 e 48 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, enquanto o termo estiver sendo cumprido.

**Justificativa**

O entendimento do STF com relação ao termo de compromisso conforme previsto no §6º do artigo 11-A da MP 571 de 2012 não tem o condão de título executivo extrajudicial, pois os órgãos do SISNAMA não possuem legitimidade para tanto. Ademais, um simples termo de compromisso estabelecido entre o órgão

mp8



ambiental e o empreendedor, a nosso ver e um estatuto demasiadamente inseguro  
quanto as garantias judiciais.

maire Sant Ana

